

O estatuto teórico da noção de dependência

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

Apresentação

Devo a Danilo Martuscelli, amigo e companheiro do Cemarx/Unicamp, o encorajamento para retomar o texto que segue, escrito em 1971 em vista de participar de um seminário sobre *Dépendance et structure de classes en Amérique Latine*, organizado em Genebra pelo Cetim, um centro suíço de estudos do “Terceiro Mundo” (a expressão na época estava em plena voga). Em 1972, os textos apresentados e discutidos no seminário foram publicados em um volume com o mesmo título. Encarreguei-me de traduzir o original francês (“Le statut théorique de la notion de dépendance”, p.9-28) de meu artigo, abstendo-me de introduzir qualquer modificação: ou bem reescrevemos ou bem traduzimos um texto. Quando muito, procurei tornar concisa a tradução de expressões idiomáticas francesas.

Quanto ao fundo do debate, reconheço-me nessas posições defendidas há quase quarenta anos, bem como nas críticas que então dirigi às teses de Francisco Weffort e de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência. A respeito deste, cabe a ironia, fácil mas não falsa, de que passou de teórico a executor da dependência. A política externa do Brasil durante sua presidência obedeceu ao chamado “Consenso de Washington”, que impôs o neoliberalismo na periferia do sistema imperialista, durante a infame última década do século passado.

Aquele ainda posava de pensador “de esquerda” e de amigo da classe operária, mas seus argumentos convergiam sintomaticamente com os do “udenismo”: ataque cerrado à CLT, com ênfase unilateral no enquadramento dos sindicatos pelo Estado

* Professor do Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp.

e nenhum empenho na defesa da estabilidade no emprego e nos demais direitos outorgados, mas concretos, que aquela legislação concedia aos trabalhadores. Sua crítica ao “populismo”, sua “posição de classe” e seu culto verbal à organização autônoma dos trabalhadores valeram-lhe ocupar por muito tempo a secretaria geral do PT – até que mudou de posição de classe, trocando a CUT pela Fiesp, aderindo ao PSDB e tornando-se ministro da Cultura de FHC.

Os equívocos de uma polêmica recente

A noção de dependência acumulou certa história, talvez certo prestígio. Não surpreende, pois, que muitos teóricos tentem atualmente fazer-lhe o balanço, o que os leva, pela própria lógica de seu intento, a expor à luz do dia as fraquezas, ambiguidades e o ecletismo teórico que se escondem atrás dessa expressão sobre a qual a primeira certeza é a de que está na moda.

Dois artigos recentes, publicados no mesmo número da *Revista Latinoamericana de Ciencia Política* de dezembro de 1970, colocaram, de maneira um pouco polêmica, questões sobre a pertinência, o estatuto teórico, o âmbito e o alcance da “dependência”. Segundo Weffort (1970, p.389-401) a própria ideia de uma teoria da dependência estaria comprometida, no plano científico, pelo fato de erigir em princípio teórico, no mesmo plano que o conceito de classe social, a ideia de nação. Ora, “uma teoria de classe não precisa da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista”. (Weffort, 1970, p.401). Daí a crítica que ele faz a *Dependencia y desarrollo en America Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (que ele cita na edição brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1970). Segundo ele, Cardoso e Faletto cometeram o erro de atribuir, por meio da noção de dependência, um papel totalizante à ideia de nação (Weffort, 1970, p.394). Em síntese, a “teoria da dependência” parece a Weffort um mal sucedâneo da teoria do imperialismo, apesar da função útil que ela desempenhou notadamente no que concerne à crítica da “transposição mecânica de modelos europeus (ou estadunidenses) que inspiram as teorias convencionais do desenvolvimento capitalista [...]” (Weffort, 1970, p.395).

A resposta de FHC, “‘Teoria de la dependencia’ o analisis de situaciones concretas de dependencia?”, consiste tanto em uma defesa de *Dependencia y desarrollo en America Latina* quanto em uma crítica do artigo de Weffort. Ele nega desde logo haver em sua concepção do papel da nação qualquer pretensão “totalizante”, bem como qualquer “substitutismo” em relação à teoria do imperialismo. A rigor, segundo ele, não se pode sequer conceber uma “teoria da dependência”. Pode haver “uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, nada mais é do que a expressão política do modo de produção capitalista na periferia quando ele é levado à expansão internacional” (Cardoso, 1970, p.405-6).

Essa tomada de posição não deixa de apresentar problemas. Se a dependência é a “expressão política” do que ocorre na periferia do capitalismo, como

compreender a utilização, pelo próprio Cardoso, em *Desarrollo y dependencia*, da noção de “sistema econômico dependente”, “economia periférica” etc.? (Cardoso e Faletto, 1967, p.36-42). Ademais, se Cardoso concede sem dificuldade a Weffort que a dependência não é uma teoria (1970, p.405-6), nem por isso deixa de tratá-la como um *conceito*. Ora, não há conceitos fora de uma teoria. Tanto assim que, em sua resposta a Weffort (Cardoso, 1970, p.403), cita uma passagem de *Desarrollo y dependencia* em que a dependência vem definida como “um tipo específico de conceito causal significante” por oposição aos conceitos de “tipo mecânico-causal” (Cardoso e Faletto, 1967, p.20).¹ É interessante notar, entretanto, que a dependência é considerada um conceito em *Desarrollo y dependencia*, ao passo que em sua resposta a Weffort, Cardoso prefere o termo *noção*, mais vago e prudente. O que se esconde por trás dessa *capitis deminutio*?

Notemos desde logo que em nenhum de seus dois textos aqui referidos Cardoso oferece uma definição rigorosa do campo teórico da noção ou conceito de dependência. Sua postura crítica consiste em recusar as teorias “convencionais” do desenvolvimento e a “teoria formal das classes”, como enfatiza no fim de sua resposta a Weffort (Cardoso, 1970, p.405-6) e em propor uma “análise dialética das situações concretas de dependência”.

É, pois, em nome do *concreto* que ele recusa as críticas de Weffort,

A solução que Weffort apresenta para o problema da oposição classe/nação [...] não é aceitável [...] porque se baseia num certo número de equívocos [...] nenhuma perspectiva de classe poderia resolver uma análise social concreta (Cardoso, 1970, p.407).

ao passo que Weffort instala-se no nível do abstrato, da “teoria de classe”. O tema da polêmica é magro. Com efeito, a problemática mesma da dependência é bem real e não é por acaso que dela se fala. Querer considerá-la simples desvio de tipo “nacionalista” relativamente a uma “teoria de classe” erigida em panaceia é puro dogmatismo, mesmo com carimbo “de esquerda”. Mas tampouco apresentar o conceito (ou noção?) de dependência como o novo nome da análise concreta de uma situação concreta (resposta de Cardoso a Weffort), sublinhando ao mesmo tempo que vivemos em uma época diferente da de Lênin, contribui para elucidar as questões de método colocadas pelo projeto de uma teoria ou de um conceito da dependência.

1 Desculpo-me perante o leitor por citar diferentes edições do mesmo texto. Weffort cita a edição brasileira; eu próprio cito a edição (mimeografada) do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, Santiago, de 1967; já Cardoso refere-se à edição mexicana (México, Siglo XXI, 1969).

O campo teórico da noção de dependência

O erro mais grave de Weffort vem do fato de ele considerar que a principal fraqueza da “teoria” da dependência consiste em colocar o problema do desenvolvimento do capitalismo no âmbito do Estado-nação. Ele propõe, com efeito, “abandonar a ideia de Nação enquanto premissa teórica e passar de modo radical a uma perspectiva orientada, sem ambiguidades, pelas relações de produção e as relações de classe” (Weffort, 1970, p.397). Ninguém contestará ser errôneo considerar a nação uma “premissa” teórica. Weffort arromba uma porta aberta. Mas seria possível estudar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina – ou alhures –, isto é, no nível da formação social da economia (da *ökonomische Gesellschaftsformation*) sem levar em conta não somente a “questão nacional”, mas sobretudo o *quadro estatal* e a *política econômica* que, conscientemente ou não, a burguesia industrial materializa em sua existência objetiva de classe?

Cardoso contesta, entretanto, como vimos, que estejamos na mesma época histórica que a de Lênin – o que nos conduz ao difícil problema da periodização do desenvolvimento histórico do capitalismo. Mas para colocá-lo corretamente, é ainda preciso tentar focalizar aquilo que, *faute de mieux*, chamamos o campo teórico da noção de dependência.

A dependência é, antes de tudo, uma relação. Ela implica, pois, um termo dominante e um termo dominado. Convém aqui dissipar uma pequena confusão. Se sustentamos que o termo dominante é o “imperialismo”, determinamos também, conseqüentemente, o termo dominado (= países dominados pelo imperialismo), o campo em que a relação se define (= o mercado mundial capitalista) e o conteúdo mesmo dessa relação (= relação de exterioridade, materializada nos enclaves mineiros, nas plantações coloniais, além das estradas de ferro, do comércio exterior e dos grandes empréstimos coloniais). Identificamos ainda os efeitos específicos dessa relação, que se resumem no subdesenvolvimento dos países dominados. Enfim, salientamos, de *nosso* ponto de vista, um dos polos da relação, o dominado, como expressa o termo mesmo *dependência*, que denota a situação daquele que depende, que é *objeto* da relação de dependência. Essa ênfase no país dominado não se baseia nas coisas, mas em uma escolha teórica. Estudariamos, na “teoria” da dependência, a dominação imperialista do ponto de vista dos países dominados.

Temos aí, portanto, uma primeira delimitação do campo da “teoria” da dependência: ela seria o “outro lado” da teoria do imperialismo. É Cardoso, aliás, quem o assinala, notando que Lênin “caracteriza, a partir do ângulo oposto de vista (isto é, do mesmo processo visto a partir do centro) a relação exterior-interior de maneira semelhante à minha” (Cardoso, 1970, p.410, nota 5). O fato de Cardoso reivindicar a análise de Lênin não garante que Lênin reivindicaria a de Cardoso. Com efeito, se a consigna de retornar às “análises concretas” é positiva, sobretudo quando pensamos em sínteses simplificadoras como as de Gunder Frank, e lembrando que o próprio Cardoso ofereceu um muito bom exemplo de análise concreta em *Desarrollo y dependencia*, não há como negar que, sem uma concepção

minimamente rigorosa do capitalismo e do imperialismo, é impossível conferir um estatuto teórico ao conceito ou noção de dependência. Ora, são muitas as hesitações de Cardoso sobre essa questão essencial. Ele remete a uma passagem de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*:

Essa época (do imperialismo) não se caracteriza somente pelos dois grupos principais de países: os que possuem colônias e os coloniais, mas também por variadas formas de países dependentes, que nominalmente desfrutam de independência política, mas que na realidade estão presos na rede de uma dependência diplomática e financeira. Já indicamos uma dessas formas, a semicolônia. Há uma outra, da qual a Argentina, por exemplo, nos oferece o modelo (Lênin, 1960, p.284).

Mas aqui a dependência não é considerada “o outro ponto de vista” sobre o imperialismo. Ela é uma das formas do *Estado dependente*, mais precisamente uma *forma intermediária* relativamente à oposição radical metrópole imperialista/colônia. Nessa concepção, que nos parece corresponder à posição de Lênin, a dependência poderia ser definida como a situação específica dos países juridicamente independentes, mas economicamente dominados. Nada então impediria elaborar uma teoria dessa situação particular, dessa forma “superior” da dominação imperialista, a saber, uma dominação que não se efetuaria pelo aparelho de Estado do país dominado. (Vê-se que essa última condição permite distinguir o caso dos países dependentes daquele dos países colonizados. Nesses últimos, a dominação política e militar é o instrumento da dominação econômica. Naqueles, ao contrário, a dominação econômica seria a *negação determinada* da independência jurídica.)

Cardoso e Faletto, entretanto, não assumem esse critério. Eles se referem tanto à dependência colonial quanto à dependência não colonial. Escrevem, por exemplo: “[...] quando se produz a passagem da dependência colonial à dependência da Inglaterra [...]” (Cardoso e Faletto, 1967, p.38). Da concepção da dependência como “ângulo oposto” do imperialismo, passam à de forma intermediária na cadeia imperialista de dominação, para chegar à tese (bem mais ambiciosa) segundo a qual

a utilidade e a significação teórica da noção de dependência tal qual a concebemos consiste [...] em recuperar, num nível concreto, isto é, penetrado pelas mediações políticas (inclusive o Estado nacional) e sociais (em correspondência com a formação histórica das classes sociais em cada situação de dependência) o conflito de interesses através do qual o capitalismo abre seu caminho (Cardoso e Faletto, 1967, p.404).

Em síntese, a noção de dependência é aqui considerada capaz de recuperar, em um nível concreto, o que outros estudaram em um nível abstrato! Definitivamente, essa digressão metodológica é responsável pelos equívocos que prejudi-

cam a compreensão e o exato alcance das pesquisas de Cardoso, cujo interesse é indiscutível. Ora, esse método, descrito longamente no capítulo II de *Desarrollo y dependencia*,² consiste em conceber “a dinâmica interna dos países dependentes” como um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. Entretanto, essa “dinâmica geral” não é um *fator* abstrato que *produz* efeitos concretos; ela existe tanto por meio de seus modos singularizados de expressão na “periferia do sistema” quanto pela maneira como o “centro” se apresenta. Temos aí, acrescenta Cardoso, uma “unidade dialética” do centro e da periferia, dos fatores externos e dos fatores internos (Cardoso, 1970, p.404). Pensamos, entretanto, que nada, nem em *Desarrollo y dependencia*, nem na resposta a Weffort, autoriza Cardoso a apresentar o conceito de dependência, tal como ele o concebe, como um exemplo desse método. As contradições que discernimos nas passagens citadas deixam isso claro.

A conclusão positiva que daí tiramos é que o sentido que se pode atribuir ao conceito (na acepção forte do termo) de dependência corresponde ao conhecimento de um objeto específico (as formas intermediárias dos Estados juridicamente independentes, mas “financeira e diplomaticamente” – a expressão é de Lênin – dependentes), configurando um “sistema” parcial (um subsistema) de um sistema mais amplo (o sistema capitalista internacional), que o determina em última instância, sem, entretanto, determiná-lo completamente. Nessa última cláusula se resume a “problemática metodológica” de Cardoso, tanto no que ela contém de positivo (sua crítica das “enteléquias”, por exemplo, “o” Imperialismo e “o” Capitalismo, tal como o concebem Weffort, Gunder Frank e tantos outros) quanto no que contém de ambíguo (o tema do “retorno ao concreto”).

Cumprido, pois, explicitar as condições e as determinações essenciais do que poderia ser uma teoria da dependência.

A periodização da dependência

Somente seguindo firmemente a indicação de Lênin sobre o caráter “intermediário” da situação de dependência será possível colocar corretamente a questão de seu estatuto teórico. Com efeito, essa indicação permite situar sincronicamente a dependência no interior do *sistema* capitalista internacional. Mas é também preciso situá-la no *processo* de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista – o que nos conduz ao problema da periodização. Na medida em que também reivindicamos uma concepção materialista e dialética da dependência, teremos de concebê-la como a unidade complexa do duplo processo do desenvolvimento histórico do capitalismo em escala internacional e de cada uma das sociedades dependentes e, portanto, como síntese dos “fatores externos” e dos “fatores internos”. Mas, contrariamente a Cardoso, não pensamos que a utilização correta da dialética materialista limite-se ao reconhecimento do papel dos fatores internos e à

2 O título desse capítulo II é “A análise integrada do desenvolvimento”, p.10-42.

descrição das “situações concretas de dependência”. Ela exige que avancemos bem mais, começando por colocar a questão da *gênese* da dependência enquanto forma específica de dominação, sem o que o apelo ao concreto não passará de profissão de fé empirista. Em seguida, é preciso examinar a periodização do desenvolvimento das “economias dependentes” em sua complexidade, isto é, determinada em primeira instância pela luta de classes e pelo desenvolvimento do capitalismo em cada uma das formações econômicas das sociedades dependentes e em última pelos períodos do desenvolvimento do capitalismo em escala internacional.

A *gênese* das sociedades dependentes

Cardoso e Faletto indicam-na corretamente no plano dos fatos, mas, em nossa opinião, não tiram as devidas consequências teóricas. A ruptura do “pacto colonial”, que se tornou possível com a independência jurídica, rompendo o monopólio do comércio exterior – até então nas mãos das metrópoles coloniais – constitui (na acepção forte do termo) a dependência como unidade dialética da independência jurídica dos Estados nacionais latino-americanos e de sua dependência econômica. Não falamos em independência *política* porque um país não poderia ser ao mesmo tempo politicamente independente e economicamente dependente. Entretanto, a independência *jurídica* não é puramente formal. Ela permite decisões políticas autônomas, que exercem efeitos no plano econômico, por exemplo, a decisão de “abrir os portos”, que tornou possível a passagem da economia colonial à economia dependente. A combinação da independência jurídica e da dependência econômica se exprime na esfera política pela contradição real cujo termo dominante é a dependência (com efeito, a economia determina as instituições jurídico-constitucionais). Os interesses dominantes no mercado mundial eram os das metrópoles capitalistas.

Cabe notar, entretanto, que com a independência (jurídica), o controle do aparelho de Estado e a hegemonia política no plano nacional passaram às mãos das classes dominantes locais e que, por conseguinte, a dominação “externa” (das metrópoles capitalistas) não se exercia mais *diretamente* (sobretudo no sentido de que não mais podia repousar continuamente sobre a coerção extraeconômica). A ruptura do “pacto colonial” constituiu, pois, uma virada histórica decisiva, como de resto Cardoso e Faletto (1967, p.36-9) o salientam. No caso do Chile, Anibal Pinto enfatizou que

A independência abriu completamente as portas da economia chilena. Foi esta sua principal contribuição ao desenvolvimento econômico do país. E as forças produtivas reagiram com o mesmo vigor que o de uma sementeira que estava secando por falta de água. Sobra razão para repetir com Encina³ que o período

3 Francisco Encina Armanet (1874-1965), historiador chileno, eleito deputado pelo Partido Nacional em 1906, é sobretudo conhecido por sua *História do Chile desde a pré-história até 1891*, em vinte volumes.

que vai de 1830, quando se consolida o arcabouço político, e o fim da década de Manuel Montt⁴ constitui um lapso que não teve precedentes nem continuação em nossa história (Anibal Pinto, 1958, p.15).

Poderíamos apresentar muitas outras citações do mesmo teor. Todas elas mostrariam não somente o absurdo da já referida tese de Weffort, segundo a qual “uma teoria de classe não precisa da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista” (Weffort, 1970, p.401), mas também a inconseqüência de Cardoso na aplicação do método dialético. Com efeito, suas confusões metodológicas, das quais a principal é reduzir a dialética à ênfase nos fatores internos e à determinação das “situações concretas de dependência”, provêm principalmente de que ele não concebe a própria dependência como um fenômeno histórico concreto, portanto, gerado no e pelo processo de formação e desenvolvimento do mercado mundial capitalista. Não estamos afirmando com isso que Cardoso ou algum outro negue que a dependência é um produto da história e que, como tal, teve uma gênese. Mas em sua “prática teórica”, Cardoso trata a dependência como se ela fosse um dado puro, coextensivo à constituição do mercado mundial capitalista. Ora, parece evidente que não compreenderemos a diferença entre África e Ásia de um lado e América Latina de outro em suas respectivas relações com o imperialismo se não começarmos por distinguir dominação colonial e dependência. Em síntese, sua maneira de conceber as relações entre os “fatores internos” e os “fatores externos” na situação de dependência (que correspondem “grosso modo” aos fatores particulares e aos fatores gerais) impede-o de definir a dependência como uma forma específica de articulação das determinações interna e externa e de compreender que dialeticamente é essa forma específica (essa totalidade complexa com termo dominante) que atribui aos fatores internos e aos fatores externos suas eficácias causais respectivas.

Período da “vocação agrária” (ou mineradora)

A *g nese* da situa o de dependência verificou-se antes que o capitalismo tivesse atingido seu estágio imperialista. A mudança operada pela ruptura do “pacto colonial” concerne somente aos países antes colonizados que se tornaram independentes. Do ponto de vista das metrópoles capitalistas, a situa o só se alterou quantitativamente: os países da península ibérica perderam a maioria de suas col nias americanas não somente no plano político, mas também no plano econ mico. Sabemos que a liberdade de comércio favoreceria a Inglaterra, cuja posi o dominante no mercado mundial reforçou-se ainda mais. Mas o que ocorreu aí foi um deslocamento quantitativo da correla o de forças a favor dos ingleses e em detrimento dos ibéricos. É importante notar essa defasagem na periodiza o: a

4 Manuel Montt Torres (1809-1880) foi presidente do Chile de 1851 a 1861. É considerado o principal artífice das institui es políticas de seu país.

passagem da situação colonial à situação de dependência não correspondeu a uma mudança no sistema capitalista internacional. Mais exatamente, esse sistema atingiu um grau de desenvolvimento que preparava sua passagem à etapa imperialista. Seguramente, porém, essa passagem correspondeu a uma “autonomia específica” não exatamente dos “fatores internos” (posto que a independência por definição é um fenômeno interno/externo), mas, antes, das formações econômicas que se tornaram independentes. Trata-se, pois, de uma mudança qualitativa de um dos elos do sistema capitalista internacional, *sem que tenha ocorrido uma mudança do sistema considerado em seu todo*.

O conteúdo da “integração” dos países dependentes no sistema capitalista internacional apresenta aqui um caráter específico, distinto do período anterior (colonial) e também do posterior. O campesinato livre do Oeste estadunidense estava menos integrado no mercado capitalista mundial do que os escravos negros das grandes plantações. Esse mesmo campesinato livre já estava se tornando – e tornar-se-ia mais ainda, num período posterior – uma das molas da prosperidade da potência econômica estadunidense e, portanto, da mais larga e mais completa expansão do capitalismo. Isso mostra a) o caráter complexo das determinações específicas de cada período da dependência; b) o caráter ambíguo da noção de “integração ao capitalismo”, da qual se servem bastante os teóricos do subdesenvolvimento e da dependência; c) o grave erro teórico de Gunder Frank, que confunde constantemente capital comercial e capital industrial e não compreende que a integração das grandes plantações coloniais ao mercado mundial capitalista não significa que as relações de produção tenham por isso se tornado capitalistas. O essencial nessa questão é saber se o capital penetrou ou não *na esfera da produção*. O enriquecimento dos camponeses livres estadunidenses, não obstante terem permanecido durante um longo período praticamente fora mercado mundial capitalista, permitiria mais tarde uma expansão das relações de produção capitalistas, a qual seria muito mais ampla do que no caso das grandes plantações baseadas no uso extensivo e predatório da terra e no trabalho escravo. Afinal, são as relações de produção que determinam as relações de circulação e não o inverso...

O essencial é saber se houve nesse período a formação de uma sólida *sociedade civil* baseada nos camponeses livres (dispondo de livre acesso à terra) e numa pequena e média indústria de caráter semiartesanal. Só uma firme vontade nacional-popular (no sentido que Gramsci conferiu a essa expressão) poderia atingir esse resultado. Ele foi raramente atingido.

O equilíbrio de forças entre o campo e a cidade: período da industrialização por “substituição fácil das importações”

O desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina só começou quando o capital penetrou *na esfera da produção*. Malgrado as diferenças entre as economias onde havia “controle nacional do processo produtivo” e as “economias de enclave”, tão bem descritas por Fernando Henrique Cardoso

e Enzo Faletto em *Dependencia y desarrollo en America Latina* (a despeito de algumas fraquezas, esse trabalho constitui uma das mais notáveis contribuições a uma teoria materialista e histórica da formação econômica das sociedades latino-americanas), o período da “vocação” agrária (o termo “vocação” integra o arsenal ideológico dos latifundiários) caracterizava-se, em geral, pelo predomínio da plantação e sobretudo do capital comercial e financeiro. Foi   sombra e nos poros dessa dupla dominação que se desenvolveu a indústria capitalista. Um desenvolvimento aos trancos, com muitos retrocessos. Mas ele acabou por superar o limiar do não retorno, graças, sobretudo, às crises que atravessaram as metrópoles capitalistas ao longo da primeira metade do século XX.

Esse período conduziu a um equilíbrio de forç as entre o campo e a cidade, a propriedade fundiária e o capital, a agricultura e a indústria. Uma de suas características essenciais foi o papel desempenhado pelo setor público da economia, notadamente os monopólios estatais, na formação e consolidação do aparelho produtivo capitalista. A luta entre os partidários do desenvolvimento nacional e democrático da sociedade capitalista e os da concentração monopolista, e conseqüentemente da penetração imperialista na indústria, no mais das vezes girou em torno da questão do papel econ mico do setor estatal. Com efeito, somente o setor público da economia podia aplicar uma política de desenvolvimento capitalista capaz de tornar os países latino-americanos competitivos no âmbito do mercado mundial capitalista. Sem d vida, nos períodos de crises graves do sistema capitalista internacional, a questão da competitividade das indústrias locais sequer se colocava, dada a interrupção das grandes correntes comerciais e, em geral, em virtude do enfraquecimento *conjuntural* dos laços de dependência. Em outros termos, as crises maiores (a de 1929, a Segunda Grande Guerra) criaram espontaneamente (isto é, sem iniciativa metódica por parte dos países dependentes) as condições do desenvolvimento de uma indústria nacional. Posto, entretanto, que se tratava essencialmente de uma indústria de bens de consumo, esse desenvolvimento industrial por “substituição das importações” apenas reproduzia a situação de dependência em um nível superior. Esta se apresentava desde então como *dependência da indústria de bens de consumo dos países dependentes relativamente à indústria de bens de produção dos países metropolitanos*. Dada a fraqueza da burguesia industrial dos países dependentes, uma vez terminada a crise maior, a alternativa de desenvolvimento tornava-se a seguinte: ou o setor estatal encarregava-se de criar e consolidar a indústria de bens de produção, ou as grandes empresas estrangeiras se encarregariam disso – a seu modo, evidentemente. Na prática, os dois casos frequentemente se combinaram. O que nos leva à última parte destas notas.

Imperialismo e dependência

A periodização global da dependência é o resultado complexo da periodização do desenvolvimento histórico dos países dependentes e do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista em escala mundial. Não poder mos

discutir aqui o problema da periodização do capitalismo em geral, nem o da “sub”periodização do imperialismo compreendido como etapa superior do capitalismo. Nós nos contentamos em notar, de um lado, que certas mudanças ocorreram, obviamente, no sistema de determinações que caracterizavam o imperialismo na época de Lênin (pensamos aqui nos conhecidos cinco traços fundamentais analisados em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*), mas, de outro lado, não se pode afirmar que todos aqueles traços fundamentais tenham mudado. Ao contrário, as características 1) “concentração da produção e do capital atingindo um grau tão elevado que gera os monopólios, cujo papel é decisivo na vida econômica”; 2) “fusão do capital industrial e do capital bancário e formação, sobre a base desse capital financeiro, de uma oligarquia financeira”; 3) “formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo” (Lênin, 1960, p.287), nos parecem ainda inteiramente válidas para definir o capitalismo contemporâneo. A única questão que levantaremos a seguir é a da evolução contemporânea do imperialismo na medida em que ela produz efeitos diretamente na situação de dependência.

Essa “evolução contemporânea” se manifesta, na opinião da grande maioria dos autores, como *integração imperialista*. Mas a noção de *integração*, no momento atual da discussão, não pode ser adotada sem maior exame. Notemos, considerando apenas seus efeitos sobre a situação de dependência, que ela denota ao mesmo tempo a) o deslocamento dos investimentos (da exportação de capitais) imperialistas dos setores “coloniais” da economia (plantações, ferrovias, petróleo, minas etc.) para a indústria; b) a transformação monopolista das economias dependentes mais importantes, notadamente as do Brasil e da Argentina; c) a “internacionalização do mercado interno”, consequência direta de a) etc. Cumpre examinar mais de perto cada um desses três aspectos da integração imperialista.

- a) Os investimentos diretos de capitais privados estadunidense na indústria de transformação latino-americana correspondiam, em 1897, a 1%, em 1908 a 4% e, em 1929, a 6,3% do total de seus investimentos na economia da América Latina. Mas já em 1965, quando a entrada *líquida* de capitais privados estadunidenses em nosso subcontinente atingiu 176 milhões de dólares, esses mesmos capitais investiram 214 milhões de dólares na indústria de transformação. Segue-se que 38 milhões de dólares foram retirados de outros setores de investimento estadunidense na América Latina e transferidos à indústria de transformação.
- b) Em 1954, 67,7% dos investimentos dos capitais privados estadunidense no Brasil e 56,3% na Argentina dirigiam-se para a indústria de transformação, enquanto eles constituíam 7,8% do total na Venezuela, 3,8% no Chile, 14,1% no Peru e 27,9% na Colômbia. Vê-se, assim, quanto o deslocamento dos investimentos do capital imperialista contribuiu para a diferenciação entre os países latino-americanos e, conseqüentemente, para o aparecimento do fenômeno que

alguns chamam “sub-imperialismo” (essa denominação apresenta, entre outros defeitos, o risco de dar a entender que os países “sub-imperialistas” constituem um subsistema não exatamente do sistema imperialista internacional, mas mais precisamente do “sistema imperialista de dominação” de um dado país imperialista, os Estados Unidos). O deslocamento dos investimentos imperialistas resultou, ele próprio, de uma mudança prévia das economias em que se instalou. Enquanto a indústria pesada e a indústria de bens de produção dos países dependentes em geral não tinham efetuado sua difícil decolagem, apoiando-se essencialmente em suas próprias forças (sobretudo a de trabalho), não passava pela cabeça dos grandes grupos monopolistas e financeiros imperialistas colaborar com essa decolagem, mesmo porque a rentabilidade do investimento não lhes seria compensadora. Foi só após o surgimento de uma indústria de bens de produção nos países dependentes que lograram decolar que os capitais imperialistas nela vieram se enxertar, confirmando uma vez mais na prática a tese leninista sobre o caráter parasitário do capitalismo em seu estágio imperialista. Esse processo agravou consideravelmente as desigualdades regionais e setoriais do capitalismo dependente. Com efeito, se o critério decisivo para os investimentos de tipo colonial era a existência e a localização dos recursos naturais, o critério decisivo para os investimentos imperialistas na indústria de transformação é a existência de uma infraestrutura industrial *já instalada* nos países onde pretendem se instalar. Vê-se a razão do agravamento extraordinário das desigualdades de desenvolvimento: enquanto as riquezas naturais estão espalhadas por toda parte, só há infraestrutura industrial sólida na Cidade do México, em São Paulo, em Buenos Aires, no Rio de Janeiro... Compreende-se também que os capitais estrangeiros tenham se dirigido para as indústrias mais rentáveis (automobilística, siderúrgica, química, petroquímica etc.) e que onde, em vez de construir novas fábricas da estaca zero podiam comprar aquelas que a burguesia local – ou o Estado – tinha a duras penas logrado pôr em marcha, eles não hesitaram em levar adiante a desnacionalização da indústria.

- c) O conteúdo efetivo do que Cardoso, entre outros, chama internacionalização do mercado interno é (c.1) a internacionalização do aparelho produtivo dos países capitalistas dependentes avançados e (c.2) a transformação monopolista de Estado das economias desses mesmos países.

(c.1) Internacionalizar o mercado interno é suprimir as barreiras alfandegárias e renunciar ao protecionismo em todas ou quase todas as suas modalidades. Para que tal operação seja realizável, é preciso que o aparelho produtivo do país que se “internacionaliza” esteja em condições de suportar a concorrência dos países industrializados mais poderosos. É preciso, pois, que as forças produtivas daquele país tenham atingido um grau de desenvolvimento relativamente comparável (pelo menos em alguns ramos industriais) ao dos países capitalistas dominantes.

- (c.2) Nas condições históricas específicas da América Latina – sobre as quais não poderíamos insistir mais no âmbito da presente comunicação – isso implica uma intervenção muito importante do Estado na economia e, portanto, uma transição muito brusca para o capitalismo monopolista de Estado, entendido como integração do setor público da economia na reprodução ampliada das relações capitalistas de produção que atingiram seu estágio monopolista. Essa transição cria uma situação inteiramente inédita nos países capitalistas dependentes avançados. Pelo fato mesmo de ela levar até o fim e da maneira a mais acabada a “integração” ao imperialismo, ela muda radicalmente a própria natureza da dependência. Mais exatamente, ela internacionaliza a própria relação de dependência e dilui as diferenças que separavam os países dependentes avançados dos metropolitanos de segunda classe (Espanha, Benelux, Suíça etc.), bem como os laços de subordinação que ligavam exclusivamente cada país dependente a um determinado país hegemônico. No que concerne ao Brasil,

A firma Volkswagen, que é o maior exportador de automóveis do mundo capitalista, construiu em São Bernardo do Campo uma das maiores empresas automobilísticas da América Latina. Ela dispõe de 80% do mercado de automóveis e de 50% do mercado de veículos pesados no Brasil. O valor anual de sua produção é de 1,8 bilhão de marcos. [...] Os trustes da Alemanha Federal são donos de 50,4% do total dos investimentos estrangeiros (na indústria metalúrgica) [...] contra somente 7,4% para os estadunidenses. Nesse ramo vemos operando notadamente os grupos siderúrgicos Krupp, Mannesmann e Thyssen. Uma atividade febril é desenvolvida na indústria química pela Basf (sucessora da I.G. Farben), controlada pela Bayer do Brasil, bem como pela Chemische Werke e pela Hoechst [...] Enfim, cabe notar que 41,5% dos capitais privados oeste-alemães na América Latina estão investidos no Brasil. (Martin, 1972, p.89-90)

Os japoneses também avançaram: em junho de 1971 já tinham investido 117.650 dólares no Brasil e continuam investindo desde então. Trata-se de um fenômeno de despolarização que paradoxalmente favorece, a despeito da desnacionalização da indústria (que, aliás, está longe de ser absoluta), as condições de negociação para o país dependentes, já que ele pode jogar com as contradições entre seus diversos “parceiros”.

O papel do Estado como coordenador e executor da transformação monopolista da economia se acentua, assim como as tendências autocráticas no interior de uma formação econômica que reproduz em escala mais ampla as contradições gerais da dependência, sem, no entanto, resolvê-las.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en America Latina*. Santiago Instituto Latinoamericano de Planificación Economica y Social, 1967; 2.ed. México: Siglo XXI, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “‘Teoria de la dependencia’ o analisis de situaciones concretas de dependencia?”. *Revista Latinoamericana de Ciencia Politica*, v.I (3), dezembro 1970, p.402-14.
- MARTIN, Markos. “Pénétration des monopoles owst-allemands”. *La Nouvelle Revue Internationale*, XV (163), março 1972, p.81-93.
- PINTO, Anibal. *Chile, um caso de desarrollo frustrado*. Santiago: Editorial Universitária, 1958.
- LÊNIN. “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”. In: *Oeuvres*, tomo 22. Paris: Éditions Sociales/ Moscou: Éditions en Langues Étrangères, 1960.
- WEFFORT, Francisco. “Notas sobre la ‘Teoria de la dependencia’: Teoria de clase o ideología nacional?”. *Revista Latinoamericana de Ciencia Politica* v.I (3), dezembro 1970, p.389-401.

O estatuto teórico da noção de dependência

JOÃO QUARTIM DE MORAES

Resumo: Na polêmica que FHC e F. Weffort travaram em 1970 a respeito da noção de “situação de dependência”, este criticou-a de modo superficial e abstrato, enquanto aquele esforçou-se por analisá-la concretamente, sem contudo chegar a vinculá-la ao desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo, nem distingui-la da situação colonial *stricto sensu*. Concebendo-se a dependência como unidade da independência jurídica e da dependência econômica, a dinâmica de seu desenvolvimento será determinada pela penetração do capital na esfera produtiva, seguida pela internacionalização do aparelho produtivo.

Palavras-chave: dependência, imperialismo, periodização, industrialização, classe, nação.

Abstract: In 1970, a controversy opposed Fernando Henrique Cardoso and Francisco Weffort concerning the “dependency situation”; whereas the latter’s argument was abstract and perfunctory, the former cared to elaborate a concrete analysis, despite the fact that he did not separate the “dependency situation” from the colonial situation *stricto sensu* or entail it to the development of capitalism and imperialism. When dependency is conceived as the amalgam of juridical independency and economic dependency, the dynamic of its development will be determined by the penetration of capital in the productive sphere followed by the internalization of the productive apparatus.

Keywords: dependency, imperialism, periodization, industrialization, class, nation.

Uma crise de transição: deslocamentos de força na economia mundial

DIETER BORIS E STEFAN SCHMALZ

Resumo: Após analisar a dimensão espacial da crise econômica mundial, os deslocamentos de poder de longo prazo na economia mundial e a formação de desigualdades globais, o artigo investiga as estratégias regionais de enfrentamento da crise. Nessa direção, busca conhecer os estímulos de uma emancipação econômica e política de diferentes áreas mundiais em relação ao Ocidente – sobretudo no leste da Ásia, na Índia e na América do sul. Tese central: a fase de transição poderia ser acompanhada por uma nova cartografia global do poder.

Palavras-chave: crise econômica, crise de hegemonia norte-americana, desenvolvimento econômico, áreas periféricas.